

Decisão do TSE restringe as coligações eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral tornou mais rígido o princípio da verticalização, pelo qual as alianças partidárias federais devem se repetir nos estados. Partido que não lançar candidato a presidente da República só poderá se coligar nos esta-

dos com agremiações que também não disputarem a eleição presidencial. Vários partidos questionaram a decisão, e o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, informou que os pedidos de reconsideração serão avaliados. **Página 3**

Congresso deve instalar CPI dos Sanguessugas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir o Congresso nos próximos dias para anunciar instalação de CPI sobre atuação de parlamentares na compra superfaturada de ambulâncias. **Página 4**

Garibaldi apresenta hoje relatório à CPI dos Bingos

O relatório final da CPI dos Bingos, elaborado pelo senador Garibaldi Alves, será lido hoje, a partir das 11h. O presidente da CPI, Efraim Morais, informou que os senadores poderão entregar votos em separado até quarta-feira. **Página 5**

Daniel Dantas confirma pedido para doar US\$ 50 milhões ao PT

O banqueiro Daniel Dantas, presidente do Opportunity, disse ontem que foi hostilizado por parte do governo desde que se recusou a contribuir para a campanha do PT em 2002. Segundo ele, a situação piorou após a negativa de doar US\$ 50 milhões a pedido do então



Daniel Dantas fala na CCJ, em reunião presidida por ACM

então ministro José Dirceu e com o ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, que o teria ameaçado para que desistisse dos direitos do Opportunity na administração do fundo que controla empresas como a Brasil Telecom. O banqueiro negou haver entregue

dossiê acusando autoridades de ter contas no exterior. **Página 5**

Benefício para agricultores

Plenário aprova renegociação de dívidas rurais de micro e pequenos produtores do Nordeste; projeto volta ao exame dos deputados



Renan envia à Câmara projeto que trata de dívida de agricultores nordestinos

Logo depois de o Plenário aprovar o projeto que renegociou dívidas rurais contraídas por micro e pequenos agricultores do Nordeste, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ofício remetendo a matéria de volta à Câmara dos Deputados. Renan explicou que a medida deixará de produzir efeitos se não for aprovada até 4 de julho pelos deputados. Para que os senadores pudessem votar o projeto, foi necessário amplo acordo entre os líderes, coordenado por Renan, que requereu inversão na pauta. O Plenário ainda aprovou dois projetos de lei de conversão e uma medida provisória, faltando apenas decidir sobre um projeto para que a pauta seja destrancada. Depois de muita polêmica, foi acolhida a redução a zero da alíquota de Imposto de Renda incidente sobre rendimentos obtidos por investidores estrangeiros em títulos públicos federais e instrumentos de capital de risco. **Página 6**



Ao aprovar projetos de conversão e MP, Plenário avança na desobstrução da pauta

Ao sabatinar indicado para a ANS, Comissão de Assuntos Sociais discute problemas da saúde pública. Flávio Arns sugere que instituição se abra ao diálogo com a sociedade

Aprovada recondução de diretor da Agência de Saúde Suplementar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, por unanimidade, a recondução do médico José Leônico de Andrade Feitosa ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Feitosa ocupa a direção de Desenvolvimento Setorial da ANS desde 2003 e foi indicado pelo presidente da República para continuar na diretoria da agência. A mensagem agora será examinada em Plenário, em regime de urgência, conforme requerido por Augusto Botelho (PDT-RR).

O relator da matéria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), destacou que Feitosa, além de possuir um currículo convincente, tem conduzido a diretoria da ANS de forma equilibrada. Leônico Feitosa, ex-secretário de Saúde do Rio de Janeiro, é cirurgião cardiovascular e chefiou o Serviço de Cirurgia Cardiorrástica do Hospital Universitário do Fundão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ele informou, ao responder a



Sérgio Guerra (D) diz que Feitosa (E) vem conduzindo a agência de forma equilibrada

uma questão apresentada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que a ANS, criada em 2000, nunca propôs empréstimos a operadoras de planos de saúde e que essas empresas estão submetidas aos riscos de mercado.

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), a medicina pública atualmente oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é uma “farsa”, pois não dá condições

para os profissionais trabalhem. Por isso, segundo ele, os planos de saúde podem contribuir para solucionar o problema de saúde no país.

Flávio Arns (PT-PR) observou que o sistema de saúde brasileiro é exemplar em alguns aspectos, mas falha em situações do cotidiano. Arns sugeriu ao diretor da ANS que a instituição esteja aberta ao diálogo com a sociedade.

Proposta universaliza o parcelamento das férias

Projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que os menores de 18 anos e os maiores de 50 anos possam fracionar suas férias, a exemplo do que já ocorre com os demais trabalhadores, foi aprovado ontem em turno suplementar e em decisão terminativa pela Comissão

de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto (PLS 116/03), as férias podem ser concedidas em até três períodos, de no mínimo dez dias cada, mediante acordo escrito, individual ou coletivo. Os menores de 18 anos precisarão da assistência de seus responsáveis.

Também em decisão terminativa e em turno suplementar, a CAS

acolheu o substitutivo do relator Sérgio Guerra (PSDB-PE) ao PLS 16/04, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que recomenda a colocação de tampa protetora nas bebidas em latas para evitar contaminação por detritos de insetos ou de roedores, e exige que conste dos rótulos a advertência “mantenha limpa”.

Maciel: investimento em educação desenvolverá ciência e tecnologia

Marco Maciel (PFL-PE) afirmou ontem que investir mais em educação é um pré-requisito para que o Brasil dê “um salto científico e tecnológico”. O senador lembrou que investimentos em educação impulsionaram o desenvolvimento em países como Irlanda, Coreia do Sul e Japão, e elogiou a gestão de Paulo Renato no Ministério da Educação durante o governo anterior (do qual foi vice-presidente), destacando a queda do analfabetismo, a universalização do ensino fundamental e a criação do Fundef.

Maciel criticou a decisão do atual governo de substituir o Exame Nacional de Cursos, o Provão, pelo Exame Nacional



Maciel critica substituição do Provão pelo Enade e elogia o ex-ministro Paulo Renato

de Desempenho de Estudante (Enade). Para ele, a metodologia anterior de avaliação era melhor e sua extinção seria uma das explicações do mau desempenho dos bacharéis em Direito avaliados nas últimas provas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tenta limpar a pauta

A sessão é deliberativa e começa às 14h. A pauta continua trancada por uma medida provisória (MP), cujo projeto de conversão, por falta de acordo entre as lideranças, não foi votado ontem. Essa MP permite a dedução, no cálculo do Imposto de Renda, da contribuição previdenciária paga pelo empregador doméstico.

Relatório final da CPI e indicação de embaixadores

A CPI dos Bingos reúne-se às 11h para a leitura do relatório final que será apresentado pelo relator, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa as indicações para embaixadores do Brasil em Israel, na Croácia e na Tunísia.

Acessibilidade

A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (Casdef) reúne-se às 10h para debater com a fundadora da entidade I-Social, Andréa Schwarz, formas de inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência.

Diretrizes orçamentárias

A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) prevista para as 10h foi cancelada. No dia 20, às 14h30, a CMO se reúne extraordinariamente para continuar a discutir o projeto que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias (LDO) para 2007.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Romeu Tuma, Tião Viana, Ramez Tebet e Garibaldi Alves Filho e pela senadora Ana Júlia Carepa



Ao lado de Júlio Lopes, César Borges (P) fala sobre recursos necessários para o setor

Comissão Mista de Saneamento começa a consolidar propostas

A Comissão Mista de Saneamento recebeu, ontem, sugestões de emendas à proposta de consolidação de dois projetos sobre saneamento básico apresentada pelo relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ). A minuta do projeto de Júlio Lopes, contendo 45 artigos, funde o Projeto de Lei do Senado (PLS) 155/05, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), e o Projeto de Lei 5.296/05, que teve origem no Executivo.

A intenção é criar as condições para a retomada dos investimentos em saneamento básico no país. O relator fez tentativas de compatibilizar as demandas de estados, municípios e de setores organizados da sociedade civil.

Júlio Lopes disse ter tido dificuldades para se encontrar com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, a fim de discutir sua proposta. O deputado afirmou ter estranhado o fato de o ministro ter recebido

algumas associações ligadas ao setor de saneamento e deputados sem dar prioridade a seu pedido de audiência.

Segundo o presidente da comissão, César Borges (PFL-BA), são necessários recursos da ordem de R\$ 160 bilhões para que o serviço de saneamento seja oferecido em todo o Brasil. Nos próximos 20 anos, o país teria de investir R\$ 8 bilhões por ano para alcançar o patamar desejável.

Apoio de empresários

Durante a reunião, entidades que atuam no setor de saneamento manifestaram seu apoio aos trabalhos da comissão, apresentando documento em favor da proposta de Júlio Lopes. De acordo com César Borges, a manifestação dos empresários do setor é importante para evitar que o governo imponha seu projeto ao Congresso. A próxima reunião da comissão deverá ocorrer na quarta-feira, às 15h.

Romero Jucá propõe corte de 10% na publicidade e nas diárias do governo

O governo federal, inclusive as estatais, terá de fazer em 2007 um corte de 10% em todos os seus gastos com publicidade, diárias e passagens aéreas. A determinação consta de substitutivo que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, que começou a ser discutido ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Só a administração direta deve gastar neste ano em publicidade R\$ 377 milhões. A proposta será votada nos próximos dias 20 e 21.

Refletindo os protestos feitos no Congresso, Jucá não concordou com o artigo colocado pelo governo na LDO, que daria total liberdade à equipe econômica de executar integralmente o Orçamento de 2007, sem mudanças, caso o projeto orçamentário não

fosse votado pelo Congresso até o dia 31 de dezembro deste ano.

O senador preferiu manter o sistema adotado até agora, pelo qual o governo poderá executar duodécimos do projeto orçamentário se o Congresso não conseguir votar a proposta. Até este ano, ficam de fora dos duodécimos os investimentos. Jucá propõe que só os novos investimentos deixem de receber duodécimos, permitindo a liberação para investimentos de projetos em andamento ou cujos contratos tenham sido assinados até o fim de 2006.

O substitutivo obriga ainda toda a administração federal a colocar na internet dados sobre convênios de repasse de verbas para prefeituras, estados e entidades privadas, possibilitando maior controle da sociedade sobre o uso de recursos públicos.

Ministro Marco Aurélio Mello anuncia restrição a coligações, que, na opinião de Luiz Otávio, “vai revolucionar as eleições, criando um embaraço muito grande”

Presidente do TSE explica decisão do tribunal sobre verticalização

Em resposta a consulta feita em agosto do ano passado pelo Partido Liberal (PL), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tomou uma decisão, na noite da última terça-feira, que tornou mais rígido o princípio da verticalização, pelo qual as alianças federais devem ser repetidas nos estados. A nova determinação deve alterar o rumo das eleições deste ano.

Pelo entendimento do tribunal, um partido que não lançar candidato a presidente só poderá se coligar, nos estados, com outros partidos que também não tiverem lançado candidato ao cargo. Antes, valia a interpretação de que, se um partido não lançasse candidato em nível nacional, ele poderia fazer alianças como bem entendesse nos estados.

– Coligação na base não pode ser diferente da coligação em nível presidencial. Isso resulta



Marco Aurélio: coligação na base não pode ser diferente da presidencial

em casamento único, e a relação subsequente no estado deve ser tomada como concubinato. O concubinato é condenável – comparou o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do TSE, em entrevista na tarde de ontem.

Para o ministro, a partir desse entendimento, o país deixa de “fazer de conta que a verticaliza-

ção existe”.

– Não é aceitável que partidos coligados, considerada a Presidência da República, sejam partidos antagônicos na disputa em qualquer dos estados brasileiros.

A decisão do TSE inviabiliza candidaturas que já estavam praticamente definidas em vários estados brasileiros, às vésperas das convenções partidárias.

A resposta do tribunal também atinge diretamente o PMDB, que não havia aderido formalmente à candidatura do PT para ter liberdade de fazer alianças nos estados e reforçar sua bancada no Congresso Nacional.

Vários partidos questionaram a decisão, e Marco Aurélio informou que os pedidos de reconsideração serão avaliados.

– De minha parte, estou convencido de que a resposta à consulta se mostrou fidedigna – afirmou.

Para Luiz Otávio, resultado eleitoral será afetado em alguns estados

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) criticou ontem, em Plenário, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que reafirmou a aplicação da regra da verticalização para as eleições de outubro próximo.

– Isso vai revolucionar as eleições; vai criar um embaraço muito grande nas coligações regionais e, por conseguinte, irá afetar o resultado eleitoral em alguns estados – afirmou o parlamentar.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) também condenou a decisão do TSE, afir-

mando que houve uma alteração “brutal e absurda” na estrutura das alianças partidárias.

Votações

Luiz Otávio também cobrou a votação de importantes propostas que se encontram prejudicadas pelo trancamento da pauta, entre elas a que trata da contratação de crédito externo entre os governos do Pará e da Itália para infra-estrutura no estado. O senador defendeu a necessidade de desobstruir a pauta, lembrando que as comissões já aprovaram indicações para



Luiz Otávio também apela aos senadores para que destranquem a pauta

diretorias de agências reguladoras e embaixadas do Brasil em diversos países, além de contratação de crédito externo para cinco estados que aguarda a votação de MP para ser apreciada em Plenário.

Tuma lamenta resolução sobre crimes hediondos

Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade de um dispositivo (parágrafo 1.º do artigo 2.º) da Lei 8.072/90, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, que determina o cumprimento integral da pena em regime fechado por condenados à prática de tortura,



Tuma condena benefício para condenados por crimes hediondos

tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo.

O parlamentar citou argumentos do subprocurador-geral da República, Fernando de Macedo, entre eles o de que,

ao permitir a progressão no cumprimento da pena aos condenados por crimes hediondos, o STF reduziu a uma expressão conceitual a diferença entre crime hediondo e os demais. Além disso, Romeu Tuma registrou o voto vencido da presidente do tribunal, Ellen Gracie. Segundo a ministra, a restrição na aplicação de uma única norma (progressão no regime de cumprimento da pena) dentro de um complexo delas, que constitui o arcabouço do instituto da individualização da pena, não afeta todo o instituto.

Por 13 votos a 1, líderes partidários decidem que o Legislativo deve investigar irregularidades na compra de ambulâncias com recursos de emendas ao Orçamento



Decisão foi tomada em reunião entre Renan e Aldo, presidentes do Senado e da Câmara, com lideranças das duas Casas do Congresso

CPI dos Sanguessugas deve ser instalada na próxima semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir o Congresso na próxima semana para anunciar a instalação de CPI destinada a investigar o suposto envolvimento de parlamentares na compra superfaturada de ambulâncias mediante fraude em emendas ao Orçamento, conforme indícios colhidos pela Polícia Federal na denominada Operação Sanguessuga.

A decisão foi tomada por 13 votos a 1 – este do Partido Progressista –, em reunião realizada ontem por Renan com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e vários líderes partidários das duas Casas do Congresso. Prevaleceu no encontro o entendimento de que, apesar das investigações em curso, conduzidas pela Polícia Federal

sob a orientação do Judiciário, o Legislativo deve investigar as irregularidades mediante o trabalho de uma CPI.

Predominou também o entendimento do líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), de que, em 30 dias, é possível a uma comissão parlamentar de inquérito fazer essa investigação. Não sendo esse tempo suficiente, os trabalhos poderão ser prorrogados. Como nem todos os líderes estavam presentes, Renan deu o prazo de 24 horas para que os ausentes se manifestem por escrito. Mas os líderes deixaram a reunião certos de que essa CPI será criada, visto que ela é apoiada por um número suficiente de assinaturas e atende a todas as exigências legais.

Antes de encerrado o encontro,

a líder do PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), observou que a decisão de convocar o colégio de líderes para compartilhar preocupações com essa CPI é importante, mas preveniu que as lideranças não têm legitimidade para impedir a instalação da comissão.

Em entrevista concedida à saída da reunião, Suassuna, um dos mencionados na investigação da Polícia Federal, disse ter proposto que a CPI tenha um relator e um presidente “que não estejam em busca de holofotes”.

– Majoritariamente, a resposta dos líderes foi sim, pela instalação da CPI, que será curta, séria e que vai levar à verdade. Eu estou ansiando por isso, porque quero ouvir muitos pedidos de desculpas – concluiu.

Heloísa: “Líderes não têm autoridade para decidir sobre criação de CPI”

Ao discursar ontem em Plenário, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que uma CPI deve ser obrigatoriamente instalada caso o pedido de criação cumpra todos os pré-requisitos estabelecidos pela Constituição federal e pelos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Apesar de elogiar a reunião das lideranças partidárias promovida pelos presidentes de ambas

as Casas do Congresso, com o objetivo de discutir detalhes da instalação da chamada CPI dos Sanguessugas (ou CPI das Ambulâncias), Heloísa ressaltou que o colégio de líderes, por si só, “não tem autoridade legal para impedir a instalação” de uma comissão parlamentar de inquérito que já cumpriu as formalidades previstas pela Constituição e regimentos internos.

A senadora disse esperar que a



Pedido para criar comissão seguiu normas constitucionais e regimentais, diz Heloísa

CPI identifique os parlamentares, agentes públicos, empresários e autoridades políticas “que estejam envolvidos nesse crime contra a administração pública”.

Suplicy recomenda ação pacífica aos movimentos sociais

“Quero recomendar aos companheiros do MLST [Movimento de Libertação dos Sem-Terra] e aos demais movimentos sociais que suas causas ganharão maior respaldo da população na medida em que suas atividades se caracterizarem por meios democráticos e não violentos.” O conselho foi dado ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP), que revelou sua intenção de visitar os integrantes do MLST, presos em Brasília após a depredação da Câmara, para transmitir o recado.

O senador informou que fez essa mesma recomendação quando militantes da Via Campesina destruíram um laboratório no Rio



Sendo mais democráticos, diz Suplicy, grupos conquistam respaldo da sociedade

Grande do Sul.

– Há vários anos luto pela Renda Básica de Cidadania, que o Executivo está implantando gradualmente. Imagine se eu chegasse no gabinete do presidente da República e ameaçasse quebrar tudo se ele não instituisse o programa imediatamente. Eu acabaria atrasando a causa que defendo – afirmou Suplicy.

Ideli anuncia afastamento de Bruno Maranhão

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), anunciou ontem que o líder do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), Bruno Maranhão, foi afastado da Diretoria Executiva do PT, em virtude de sua participação na manifestação que resultou em quebra-quebra na Câmara.

Ideli comentou a repercussão dos atos de violência promovidos pelo MLST, os quais classificou como “afrenta ao Parlamento”. No entanto, ao contrário de alguns senadores que enfatizaram que o Parlamento não era o lugar adequa-



Quebra-quebra na Câmara tira líder do MLST da Executiva do PT, informa Ideli

do para as reivindicações do MLST, Ideli disse acreditar que o Congresso é sim o endereço correto para que os movimentos sociais cobrem seus direitos, mas de forma pacífica.

A líder elogiou a calma e a firmeza do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, ao repreender sem violência os participantes do episódio.

País vive “situação de desgoverno”, afirma José Jorge

Ao discursar ontem em Plenário, José Jorge (PFL-PE) afirmou que a invasão de militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) ao prédio da Câmara reflete a “situação de desgoverno” do país.

O senador registrou que a Polícia Legislativa do Congresso identificou o fundador do MLST, Bruno Maranhão, como filiado ao PT desde 1980 e como secretário da Executiva Nacional do partido. Na interpretação de José Jorge, o ato do MLST é a “mais grave agressão ao Legislativo em tempos democráticos”.

O parlamentar comentou também a apresentação, pela Ordem



Para José Jorge, “o Brasil não acredita que o presidente Lula nunca saiba de nada”

de Advogados do Brasil, de notícia-crime contra o presidente Lula, citando o suposto beneficiamento de empresa do filho do presidente em negociações com a operadora de telefonia Telemar.

– O Brasil não acredita que o presidente da República nunca saiba de nada – disse José Jorge, ao sugerir que o país tem um presidente “fora da realidade”.

Invasão da Câmara resultou em pelo menos 35 feridos

A invasão da Câmara pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), na terça-feira, resultou em pelo menos 35 feridos, a maioria funcionários, e num prejuízo de R\$ 102,6 mil, segundo estimativa inicial da Diretoria Geral daquela Casa.

O coordenador de Apoio Logístico do Departamento de Polícia Legislativa, Normando Fernandes, que foi internado com traumatismo craniano, continua sob observação. De acordo com a assessoria de imprensa da Câmara, ele está consciente e seus médicos informaram que não deverá apresentar seqüelas.

Entre os equipamentos destruídos durante a invasão estão dois portões de vidro, quatro terminais de auto-atendimento, três computadores e duas câmeras de vídeo do circuito interno, além de um automóvel que seria sorteado pela associação dos funcionários.



Malta adverte que os dois produtos são tão danosos quanto as drogas ilícitas

Malta quer leis mais rígidas contra abuso do fumo e do álcool

O senador Magno Malta (PL-ES) sugeriu ontem, em Plenário, a adoção de leis mais rígidas para conter o abuso do álcool e do fumo na sociedade brasileira. De acordo com dados que citou, 70% dos acidentes envolvendo veículos automotores são causados pelo excesso de consumo do álcool.

Conforme frisou, fumo e álcool são drogas igualmente danosas em relação às consideradas ilegais, como a cocaína. Por essa razão, disse o parlamentar, devem ser igualmente tratadas pela lei.

Malta anunciou que pretende apresentar propostas para reduzir a influência da TV no consumo de álcool, uma vez que o tabaco já sofre restrições publicitárias.

– Por que não? As campanhas de bebidas invadem nossos lares e viciam nossos filhos em nome do faturamento das empresas que as fabricam – argumentou.

Líder do PT, Ideli Salvatti afirma que banqueiro é acusado pelo Citigroup de má administração e responde a processo em corte norte-americana

Dantas diz que foi hostilizado por não fazer doação ao PT

O banqueiro Daniel Dantas, presidente do Grupo Opportunity, afirmou ontem, durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, ter sentido hostilidade por parte do governo desde que se recusou a contribuir para a campanha do PT em 2002. O pedido, informou, foi feito em uma caixa, devolvida vazia a Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular.

Sem citar a palavra “extorsão” e negando que a tenha usado em entrevista à revista *Veja*, mas insinuando aos senadores que chegassem a essa conclusão, Dantas confirmou parte do conteúdo de entrevista concedida ao jornalista Diogo Mainardi, em maio.

A situação, segundo declarou, piorou após a negativa de doar recursos da ordem de US\$ 50 milhões ao PT, a pedido do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, em 2003. Dantas disse ter resistido às pressões para que fizesse a doação, o que levou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), autor do requerimento da audiência, a afirmar: “Se o senhor admite que resistiu é porque houve extorsão”.

O banqueiro também confirmou encontros com o então ministro José Dirceu – ressaltando que não os solicitou – e com o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb. Disse que, falando em nome do go-



ACM (C) ouve na CCJ depoimento de Daniel Dantas, acompanhado da irmã Verônica

verno, Casseb o ameaçou e o instigou a desistir dos direitos do Opportunity na administração do fundo – integrado por fundos de pensão e Citigroup – que controla, entre outras empresas, a Brasil Telecom. Segundo afirmou, sua gestão “desagradava” ao governo.

Dantas negou, entretanto, que tenha entregado à *Veja* o suposto dossiê que acusa autoridades do governo Lula de ter contas no exterior. Negou ainda ingerência na Brasil Telecom e que possuía influência na empresa Kroll, acusada de espionagem. Ele voltou a afirmar que a contratação da Kroll se deu pela Brasil Telecom, sem nenhuma determinação sua.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o depoimento de Dantas é “uma conveniência” para facilitar o julgamento, numa

ação movida pelo Citigroup em que é acusado de má administração, na corte dos Estados Unidos.

Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), que citou incoerências em declarações do banqueiro à imprensa e à CPI da Compra de Votos, quando contestou ter sido achacado pelo PT, Dantas declarou que talvez, hoje, não fizesse a declaração com tanta veemência.

Respondendo a Romeu Tuma (PFL-SP), Dantas assegurou que não entregou à revista uma lista contendo nomes de autoridades brasileiras detentoras de contas no exterior. Ele também não deu crédito a uma outra lista em que até o nome do presidente Lula, juntamente com os dos ex-ministros Antonio Palocci e José Dirceu, aparece como dono de contas no exterior.

César Borges critica Lula por tentar “desqualificar” acusação ao governo

Depois de informar que o banqueiro Daniel Dantas confirmou que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares procurou um dos seus sócios no Opportunity, Carlos Rodenburg, pedindo uma contribuição de US\$ 50 milhões para o PT, o senador César Borges (PFL-BA) lamentou que o presidente Lula continue tentando “desqualificar” todas as acusações que envolvem seu governo. Segundo o senador, Delúbio teria oferecido, em troca, a promessa de o governo não atrapalhar os interesses do banqueiro.

– Apesar do mensalão e do

valerioduto, do trabalho das CPIs dos Correios e dos Bingos, da denúncia do procurador-geral da República contra 40 envolvidos em corrupção e da notícia-crime da Ordem dos Advogados do Brasil pedindo o aprofundamento das investigações sobre o envolvimento do presidente Lula, ele agora decidiu dizer que tudo isso é futrica política.

Na avaliação de César Borges, o presidente continua tentando fazer a população de tola ao insistir que não houve mensalão e ao não dar importância às denúncias. O senador também



Borges diz que Lula tenta fazer o povo acreditar que não houve o mensalão

criticou o fato de Lula ter dividido, terça-feira, no Ceará, o mesmo palanque com o deputado estadual José Guimarães, irmão do ex-presidente do PT José Genoino, cujo assessor foi flagrado com US\$ 100 mil na cueca e R\$ 200 mil em uma mala.

Efraim afirma que relatório da CPI dos Bingos será lido hoje

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), confirmou ontem, em entrevista à imprensa na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), que o relatório final da comissão será lido hoje, a partir das 11h, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado.

Ele informou que até as 18h da próxima quarta-feira os senadores poderão entregar votos em separado. Esclareceu que não será permitida a apresentação de destaques e que a votação do relatório será no dia 20.

O voto em separado é uma espécie de manifestação alternativa ao voto do relator em uma comissão e pode ser apresentado por qualquer integrante do colegiado. Já o destaque é um instrumento regimental concebido para promover alterações no texto de uma proposição, no momento em que está sendo votada.



Juvêncio alerta para o risco de novas rebeliões nas penitenciárias do estado

Juvêncio cobra a reestruturação de presídios de MS

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) cobrou do governo federal a reestruturação dos presídios e das cadeias públicas de Mato Grosso do Sul, alertando para a possibilidade de novas rebeliões nos complexos prisionais do estado. A penitenciária de Campo Grande foi palco de um dos vários levantamentos de presos ocorridos em maio, supostamente comandados pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Ao comentar a notícia de que o governo pode construir um presídio federal de segurança máxima em seu estado, Juvêncio pediu que, antes, as penitenciárias já existentes tenham seu quadro de funcionários aumentado e sejam modernizadas.

O senador informou que o estado possui, atualmente, 39 presídios e cadeias públicas, onde estão recolhidos 8.500 presos, sob a guarda de 1.300 agentes.

Senado aprova quatro MPs, mas a pauta continua trancada por falta de acordo para a votação da medida sobre dedução de IR para empregadores domésticos

Repactuação de dívidas agrícolas é aprovada e volta para a Câmara

A repactuação de dívidas contraídas por micro e pequenos agricultores do Nordeste foi aprovada ontem pelo Plenário, em votação simbólica. Logo após a votação do Projeto de Lei de Conversão 19/06 – elaborado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e proveniente da Medida Provisória 285/06 –, o presidente Renan Calheiros assinou ofício remetendo a matéria de volta à Câmara.

Se o projeto não for aprovado até 4 de julho pelos deputados, a MP deixará de produzir efeitos.

A votação só ocorreu graças a um acordo entre os líderes e a uma inversão na pauta da ordem do dia requerida por Renan. O texto aprovado foi negociado pelo relator Fernando Bezerra e por representantes dos 167 mil agricultores beneficiados pela MP com o Ministério da Fazenda e as lideranças dos partidos. A renegociação poderá ser requerida pelos mutuários inadimplentes que tive-

rem contraído até R\$ 100 mil e que atuem na área de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A MP original limitava a repactuação para as dívidas de até R\$ 50 mil. Os agricultores familiares, pequenos e miniprodutores pagarão uma taxa de juros anual de 6%, e os médios e grandes, de 8,75%.

Para Ney Suassuna (PMDB-PB), o acordo foi o melhor possível, apesar de não ser o ideal. José Agripino (PFL-RN) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) opinaram que a solução definitiva seria o projeto que o Congresso aprovou, o PLC 142/05, vetado pelo presidente Lula. José Maranhão (PMDB-PB) cobrou uma política agrícola para o país, enquanto Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a necessidade de um projeto para corrigir as distorções dos saldos devedores. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a aceitação de sua proposta de

ampliar o teto que dá direito à solicitação de repactuação. Já César Borges (PFL-BA) lamentou a não inclusão dos cacauicultores da Bahia entre os beneficiários.

Para João Tenório (PSDB-AL), o governo foi mesquinho ao não permitir melhores condições para a repactuação. Já para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é preciso encontrar uma forma de acabar com a inadimplência dos produtores rurais. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informou que municípios do norte de Minas Gerais também serão beneficiados. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobraram do governo uma MP que repactue as dívidas dos produtores da região Norte. Edison Lobão (PFL-MA) pediu à Câmara que delibere sobre proposta que cria seguro contra a perda de safras, e Heráclito Fortes (PFL-PI) classificou de migalhas as conquistas obtidas.

Rodovias terão verbas para obra emergencial

A medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 57.554.718 em favor do Ministério dos Transportes, para obras emergenciais na malha rodoviária do país, foi aprovada ontem pelo Plenário. A matéria (MP 282/06) contou com os votos contrários dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heloísa Helena (PSOL-AL) no tocante à urgência e à relevância da proposição, e segue para promulgação.

As verbas deverão ser aplicadas em trechos rodoviários em estado de conservação e trafegabilidade extremamente precários e com elevado volume de tráfego, nos quais uma simples operação tapa-buracos não possibilitaria sua recuperação.

Gratificação para servidores federais

Os servidores federais que ministrarem cursos de aperfeiçoamento ou de treinamento no âmbito da administração pública terão uma remuneração extra, por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso. É o que determina o Projeto de Conversão 283/06, proveniente da Medida Provisória (MP) 283/06, aprovado ontem pelo Senado.

O texto foi acolhido com três emendas do relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Como foi alterada no Senado, a MP deverá ser novamente analisada pela Câmara dos Deputados.

Renan adota medida que agiliza tramitação

Provocado por uma questão de ordem apresentada ontem por Demostenes Torres (PFL-GO), o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu modificar um procedimento que vinha sendo adotado na Casa. Agora, as matérias que tiverem sido aprovadas em caráter terminativo pelas comissões do Senado não precisarão aguardar o destrancamento da pauta do Plenário para que possam ser encaminhadas para deliberação na Câmara.

Com a decisão, o prazo de cinco sessões para apresentação de recurso solicitando apreciação das matérias em Plenário começará a ser contado assim que as comissões encaminharem as matérias à Secretaria Geral da Mesa.



Votações, que se estenderam até as 10h20, mobilizaram senadores dos vários partidos

Projeto que isenta investidores estrangeiros segue para sanção

Depois de muita polêmica, o Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP 281/06) que reduz a zero a alíquota do Imposto de Renda (IR) incidente sobre os rendimentos obtidos por investidores estrangeiros nas aplicações em títulos públicos federais e instrumentos de capital de risco.

A proposta, que segue agora para sanção do presidente da República, também isenta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a venda de ações de empresas realizada fora das bolsas de valores.

A desoneração do Imposto de Renda sobre esses rendimentos só deverá valer, a princípio, para novas aquisições de títulos públicos federais. Entretanto, o investidor com aplicações antigas poderá migrar para o novo regime tributário até 31 de agosto de 2006, se antecipar o pagamento do imposto devido conforme as regras anteriores.

Durante a discussão do projeto (PLV 11/06), a bancada governista se colocou na defesa da matéria, destacando como principais vantagens o alongamento do perfil e a redução do custo de financiamento da dívida pública. Já a oposição se dividiu no apoio à medida, entendendo seus críticos que o aumento de investimentos estrangeiros no país vai ampliar a desvalorização do dólar frente

ao real e, assim, aprofundar os prejuízos já amargados pelos setores exportadores, em especial pelo agronegócio.

A frente em defesa do agronegócio e do investidor nacional contou com a adesão dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR), que votaram contra a proposição. Já o líder do PFL, José Agripino (RN), considerou os produtores rurais as maiores vítimas dessas medidas, mas confirmou a decisão de aprovar “um caso consumado pelo interesse nacional”.

A exemplo de Agripino, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), liberou os votos de sua bancada, embora tenha tentado convencê-la a votar favoravelmente ao projeto. Ao listar os benefícios, Virgílio criticou o tratamento da questão via medida provisória. Essa crítica foi endossada por Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que declararam voto pela aprovação.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que a medida representa uma voraz transferência de renda dos trabalhadores para os investidores estrangeiros. Os senadores governistas Luiz Otávio (PMDB-PA), Romero Jucá (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) apostam que a iniciativa vai dar mais credibilidade e estabilidade à economia brasileira.

Parlamentares apóiam incentivo fiscal a investimento em esporte

Após encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, disse que ficou emocionado com a manifestação de apoio dos parlamentares e expressou sua convicção de que o projeto de lei que concede incentivo fiscal a quem in-

vestir no esporte conseguirá tramitar em regime de urgência urgentíssima no Congresso Nacional.

A proposição, encaminhada ao Congresso no último dia 4 de maio pelo presidente da República, cria benefício fiscal para empresas e pessoas físicas que contribuam para o esporte amador ou profissional. Segundo

Nuzman, Renan se comprometeu a acelerar o trâmite da proposta após apresentar a reivindicação em reunião de líderes.

– O projeto abre uma nova perspectiva, uma nova vida ao esporte brasileiro, que tem passado por momentos de crescimento e desenvolvimento – afirmou o presidente do COB.



Presidente do COB é recebido por Renan e pelos líderes partidários



Motta afirma que criação de unidades de conservação requer estudos aprofundados

João Batista Motta defende pequenos proprietários rurais

João Batista Motta (PSDB-ES) protestou contra a criação, pelo governo federal, de unidades de conservação sem os devidos estudos prévios e previsão orçamentária.

– Não sou contra a conservação, mas contra a maneira criminosa como está se procedendo. São criadas zonas de conservação para impedir projeto agroindustrial, inviabilizando a vida de pequenos proprietários rurais, sob a falsa argumentação de estarem protegendo o meio ambiente – criticou.

O senador disse que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, mas não se pode excluir o homem desse equilíbrio; e o governo deve prover meios para o convívio harmônico do homem com a natureza.



Segundo Pavan, é possível aumentar a arrecadação com redução de impostos

Pavan: governo pode diminuir tributos para empresários

Ao registrar a participação do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, na 38ª Convenção do Comércio Lojista de Santa Catarina, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) enfatizou que há soluções para a sobrecarga tributária imposta pelo governo federal aos micro e pequenos empresários do país.

Segundo o senador, Alckmin demonstrou em sua palestra como reduzir os impostos do setor produtivo e ao mesmo tempo aumentar a arrecadação. Pavan defendeu reforma tributária de alcance em longo prazo e sugeriu medidas como a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que tramita no Congresso.

Senadores participam de grupo de trabalho que objetiva encaminhar soluções para a crise na agricultura e na pecuária

Arns e Jonas integrarão comitê que discutirá novo pacote agrícola

Os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) vão representar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em grupo de trabalho com o objetivo de encaminhar soluções para a crise na agricultura, decorrente de fatores como estiagens, cotação do dólar, queda dos preços nos mercados interno e externo, além dos impactos da aftosa no país e da gripe aviária no exterior. Vão ainda ter assento no comitê deputados, representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Desenvolvimento Agrário; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e de organizações que representam produtores e trabalhadores do setor.

A escolha dos senadores foi feita ontem, durante reunião da CRA, em resposta à deliberação sobre a formação do grupo de trabalho, tomada em recente seminário que debateu os problemas na área agrícola. O evento foi promovido conjuntamente pela CRA e pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento



Arns: criação do grupo possibilitará análise aprofundada dos problemas do setor rural

Rural da Câmara dos Deputados.

De acordo com Flávio Arns, vice-presidente da CRA, o grupo de trabalho vai possibilitar a análise aprofundada das reivindicações do setor, entre as quais uma nova renegociação de dívidas (alongamento de prazo das operações de crédito rural), mais recursos para financiar a comercialização e investimentos em infra-estrutura que também contribuam para a movimentação dos produtos. O parlamentar adiantou que o comitê deve apresentar as conclusões para o que chamou de “novo pacote agrícola” até 23 de julho.

Setor pecuarista faz reivindicações ao Senado

Representantes das principais entidades da cadeia produtiva da pecuária estiveram ontem no Senado para defender medidas de incentivo e de redução da carga tributária. Debatidas com os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e Aloizio Mercadante (PT-SP), as propostas visam reduzir as disparidades de tributação nas vendas de carne para os mercados interno e externo. Estão entre os signatários a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo).

Ficou ajustado que serão feitas simulações para verificar o impacto fiscal de uma proposta alternativa apresentada por Mercadante. Os números serão analisados em nova reunião, em 15 dias, com o compromisso de Mercadante de defender a solução junto ao governo, caso haja consenso entre todas as partes. A proposta do senador mantém a isenção das compras de suplementos minerais para uso na pecuária bovina, o que envolve cerca de R\$ 150 milhões ao ano.



Quintanilha e Mercadante (2º e 3º da esq. p/ a dir.) querem avaliar a viabilidade das propostas

Também seria analisado o impacto da redução do PIS/Cofins sobre vendas de produtos e subprodutos resultantes do abate de bois comercializados no mercado interno.

Mercadante admitiu que a eclosão da aftosa no país e a depreciação do câmbio criaram dificuldades para as vendas externas. Com a redução das vendas, a produção estaria sendo reorientada para o mercado interno, provocando queda nos preços. Os frigoríficos com foco no mercado nacional estariam perdendo espaço e também enfrentando dificuldades.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

– Esse trabalho vai possibilitar o diálogo e a convergência de pontos de vista para soluções adequadas às necessidades do setor – comentou Flávio Arns.

O exame dos três projetos pautados para a reunião da CRA foi adiado. Duas propostas, entre elas a de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que amplia o leque de beneficiários do crédito rural, receberiam decisão terminativa e, portanto, exigiam quórum para votação – nove presentes, com cinco votos favoráveis.

Jonas Pinheiro aproveitou para fazer um relato da audiência da última segunda-feira, também realizada em conjunto pela CRA e a Comissão de Agricultura da Câmara, destinada a avaliar os riscos da gripe aviária e as ações preventivas necessárias. De acordo com o senador, o seminário trouxe informações de que o Brasil está bem preparado para prevenir e enfrentar o problema, com potencial de risco reduzido pelo fato de o país estar fora da rota das aves migratórias oriundas da Europa, onde o vírus vem se manifestando.



Jonas Pinheiro aponta falta de medidas de ordem estrutural

Agronegócio preocupa senador

O lançamento de um pacote de medidas de apoio ao agronegócio brasileiro, anunciado pelo governo federal há quase duas semanas, não deixou Jonas Pinheiro (PFL-MT) livre da preocupação com a situação dos produtores rurais.

A inquietação persiste, conforme explicou, pelo fato de as iniciativas ainda não terem saído do papel e de alguns equívocos nas medidas. Para Jonas, o pacote ameniza a pressão quanto ao pagamento de dívidas de curtíssimo prazo, mas erra ao não oferecer alternativa de renegociação para débitos de safras anteriores. Outros problemas apontados são a ausência de incentivos ao cultivo de frutas, mandioca, fumo, feijão, cacau e café e a exclusão da pecuária bovina de corte e leiteira, da suinocultura e avicultura dos setores beneficiados.

– Esse pacote não inseriu medidas de ordem estrutural. Os produtores pedem, há muito, medidas para desonerar os custos de produção. Isso acaba gerando descrédito e revolta nos produtores rurais – comentou.

Jonas teme que os efeitos da crise no agronegócio se agravem caso os problemas não sejam resolvidos logo, projetando reflexos negativos sobre a economia do país e o bolso da população.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) expressou sua solidariedade ao setor.

Senador contesta declarações do ex-presidente Fernando Henrique de que bloco regional agoniza e de que países estariam assinando contratos com outras nações

Saturnino defende política externa do governo Lula

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu ontem, em Plenário, a política externa adotada pelo governo do presidente Lula e criticou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em entrevista ao jornal uruguaio *El País*, publicada no último domingo, disse que o Mercosul estaria agonizando.

Segundo Saturnino, ao contrário do que declarou o ex-presidente, a entrada da Venezuela no Mercosul traz novo fôlego ao bloco regional e significa mais um passo na direção da integração sul-americana, em especial entre os países do Cone Sul.

– O ex-presidente afirmou que os países do Mercosul estão assinando contratos com outras nações, o que não é verdade – rebateu o senador.

Roberto Saturnino enfatizou que a economia venezuelana cresceu 300% nos últimos anos e poderá colaborar, juntamente com Brasil e Argentina, para melhorar a situação das economias mais fracas, como as do Uruguai e do Paraguai.



Para Saturnino, adesão da Venezuela fortalece o Mercosul

Mais uma vez, o senador levantou a hipótese de haver “interesses difusos” sendo contrariados pelo avanço da integração sul-americana. Ele se referia, em particular, aos interesses comerciais dos Estados Unidos.

O parlamentar também discordou da afirmação do ex-presidente Fernando Henrique de que o Brasil estaria perdendo sua posição de liderança na América do Sul. Saturnino, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE), disse que o ex-presidente se equivoca quanto aos objetivos da política externa brasileira atual, que busca uma liderança compartilhada e não teme perder a liderança isolada.

Ele ponderou que o Brasil não deveria interferir no recente contencioso Argentina-Uruguai envolvendo fábricas de celulose, como sugeriu Fernando Henrique, a menos que houvesse um pedido formal nesse sentido de ambos os países. Se isso viesse a ocorrer, observou, configuraria-se uma intervenção indevida, o que contraria os princípios da política externa brasileira.

Saturnino ressaltou que, embora esteja investindo em novos mercados na África, América Latina e Ásia (Índia e China), o governo Lula não tem se descuidado de forma alguma dos habituais parceiros comerciais como os Estados Unidos e a União Européia. Estaria apenas tentando prevenir-se contra eventuais choques econômicos externos, como a atual ameaça de alta de juros na economia norte-americana.

Garcia aponta avanço na negociação com a Bolívia

O episódio de Viena está superado: Brasil e Bolívia estão, agora, caminhando em direção à renegociação dos seus contratos. A afirmação foi feita ontem pelo chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, em entrevista coletiva à imprensa, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele se referia às declarações dadas no dia 11 de maio, na Áustria, pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, de que não caberia indenização à Petrobras pela nacionalização das reservas de hidrocarboneto daquele país uma vez que, segundo o presidente boliviano, a empresa atuava de forma ilegal em seu país, sonegando impostos e praticando contrabando.

Conforme Garcia, os governos brasileiro e boliviano acertaram também que todas as decisões sobre os rumos dos acordos comerciais entre os dois países serão tomadas numa mesa de negociações e não mais publi-



Decisões serão tomadas numa mesa de negociações, informa Garcia

camente, como vinha fazendo o presidente Evo Morales.

Quanto à situação dos brasileiros que moram na fronteira do Brasil com a Bolívia, o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República afirmou que os que estiverem regularizados naquele país, produzindo em terras próprias, não terão problemas. Já os que se encontram em situação

irregular serão, sim, atingidos pela reforma agrária anunciada por Morales.

– O Brasil prestará assistência consular aos brasileiros da região fronteiriça – declarou.

Peru

Marco Aurélio Garcia disse ainda acreditar não ser preciso que o presidente Lula faça o papel de mediador entre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o recém-eleito presidente do Peru, Alan García, que teriam trocado insultos durante a campanha deste último. Ele lembrou que o próprio Alan García já declarou, após a divulgação da sua vitória, que esse assunto estava superado.

Para o assessor, o momento é de união em torno do projeto de formação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Ele confirmou a presença do presidente Lula na despedida do atual presidente do Peru, Alejandro Toledo, no dia 27 de julho, e também na posse de Alan García, no dia seguinte.



Ao lado de diversos senadores, Renan (C) ressalta direitos dos portadores de deficiência

Inaugurada no Senado mostra fotográfica *Imagens da Inclusão*

A mostra fotográfica *Imagens da Inclusão* foi inaugurada ontem, no Salão Nobre do Senado, pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Márcio Cipriano, cujo apoio possibilitou a realização da exposição. A abertura foi feita com a exibição de um vídeo em que pessoas famosas e anônimas portadoras de alguma deficiência falam sobre a importância da inclusão social desse contingente populacional que abrange cerca de 25 milhões de brasileiros.

Nos 18 painéis da mostra é possível visualizar imagens que “valem mais que mil palavras”, mote da campanha de inclusão, em situações de superação dos diversos tipos de deficiência – física, auditiva, visual, mental e motora. Na ocasião, foi inaugurado ainda um elevador no Salão Negro do

Congresso, especialmente adaptado para receber “cadeirantes”, com sinalização em braille.

O presidente da Febraban salientou que a entidade procurou transcender os limites do atendimento bancário e treinou e capacitou cerca de mil pessoas para atuar em prol da inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Renan Calheiros destacou a importância de a sociedade substituir o preconceito pelo respeito aos portadores de deficiência, para que estes possam exercer seu direito à cidadania e à dignidade.

Participaram da solenidade, como convidados especiais, o casal dono da consultoria I-Social, Andréa e Jaques Schwarz, que têm realizado trabalho de consultoria empresarial na área de qualidade de vida e acessibilidade.

João Alberto lembra campanha da CNBB e pede ajuda para Apaes

Ao lembrar que o tema da Campanha da Fraternidade de 2006, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “Levanta-te e vem para o meio”, é voltado para a inclusão social de pessoas com deficiência, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) alertou para as dificuldades que vêm enfrentando as associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes).

Segundo o senador, a Federação Nacional das Apaes, que congrega 1,5 mil filiais estaduais, informou que essas entidades filantrópicas têm como base o serviço de voluntários, mas também empregam profissionais das áreas médica, de enfermagem e de suporte especializado, cujas remunerações estão sem reajuste pelas tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS) há sete anos, o que provoca o êxodo desses pro-



Atendimento a 200 mil deficientes está ficando inviável, adverte João Alberto

fissionais. O problema, disse ele, está inviabilizando o atendimento a 200 mil deficientes.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ressaltou que a Lei Orgânica da Assistência Social, sancionada em 1993, destina recursos para entidades filantrópicas desse gênero. Ela acusou o governo federal de não praticar uma política de transferência de renda para famílias de portadores de deficiência.